

FORMAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL (CONTEMPORÂNEO): EM BUSCA DE UM PROJETO DE NAÇÃO

LUIZ FERNANDO SARAIVA
RITA ALMICO¹

Resumo

O presente artigo visa estudar algumas interpretações sobre a economia colonial brasileira e de que forma tais interpretações indicavam um projeto político econômico vinculado ao tempo presente de suas elaborações e ao futuro “desejado” pelos contemporâneos. Destacando o papel seminal do livro *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que foi publicado em 1959, o artigo percorre grande parte da historiografia produzida sobre o tema, buscando demonstrar como o esforço intelectual de entender o nosso passado se ligava a um projeto de sociedade e economia. Resgatando os diversos debates sobre a “natureza” da nossa economia colonial, o texto busca demonstrar como as diversas interpretações sobre essa economia, nos últimos 60 anos, traduzem a atual crise do modelo desenvolvimentista brasileiro e apontam para as tentativas de superação do mesmo, em um jogo dialético entre passado, presente e futuro.

Palavras-Chave: Colonização, desenvolvimentismo, historiografia.

Abstract

This article aims to study the different interpretations of the Brazilian colonial economy and how these interpretations indicated an economic political project linked to the present time of its elaborations and to “desired” future by contemporaries. Highlighting the seminal role played by Celso Furtado’s book, *Formação Econômica do Brasil*, which was published in 1959, the article covers a large part of the historiography produced on the subject, seeking to demonstrate how the intellectual effort to understand our past was linked to a project of society and economy. Recovering various debates about the “nature” of our colonial economy, the article seeks to demonstrate how the different interpretations of this economy over the last 60 years translate to the current crisis of the Brazilian developmental model and point to attempts to overcome it, in a dialectic game between past, present and future.

Keywords: Colonization, developmentalism, historiography.

¹ Luiz Fernando Saraiva é professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense e do PPGH do mesmo instituto. Rita Almico é professora Associada da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

A principal chave de leitura do presente artigo é o de cotejar parte da produção historiográfica brasileira, em relação a interpretação do caráter econômico do Brasil durante o seu período colonial, com as interpretações feitas por economistas e historiadores econômicos desde a década de 1940 até os dias atuais. Entendemos aqui a prática historiográfica como uma relação dialética entre o momento da pesquisa histórica relacionada ao **presente** de quem pesquisa, inventariando seu objeto (ou o **passado**) e o vincula a um projeto de sociedade desejada (ou o **futuro**). Em outros termos, acreditamos que o historiador ao se debruçar sobre o passado está sendo levado pelas questões mais importantes do seu tempo presente, tentando imaginar uma evolução desejável para a sociedade no futuro próximo.

As origens destas interpretações podem ser encontradas em Benedetto Croce quando afirmou que toda a história é contemporânea (1955) ou em Marc Bloch que disse que a história é filha do seu tempo (2002). Esses autores destacam que a constante renovação dos estudos históricos era movida por questões contemporâneas que colocavam novos problemas, novos objetos e necessariamente novas abordagens. Isso é mais ou menos fácil de entender quando percebemos que temáticas como sexualidade, gênero, infância, questões raciais e movimentos sociais afloraram nos estudos sobre o passado a partir das mudanças na sociedade mundial principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Esse “caminho” interpretativo foi ainda mais aperfeiçoado por Josep Fontana, em seu livro *História: Análise do Passado e Projeto Social* (1998), quando relaciona a produção historiográfica de uma determinada época a uma “Economia Política” ou uma interpretação atrelada a um “projeto” – uma ideologia de justificação do presente e atuação futura. Fontana entende que a função social da História é ordenar os diversos elementos que compõem a sociedade, hierarquizando os saberes ou as “áreas do conhecimento”, dessa forma a “política” teve papel central no ordenamento do mundo romano, como a “religião” teve na organização feudal, assim como o nascimento da Ciência Econômica nas origens do capitalismo. Particularmente, na segunda metade do século XX, o autor chama atenção para a utilização instrumental da História pela Economia nas diversas correntes e pensadores como Simon Kuznets, Gunnar Myrdal e o próprio Celso Furtado (FONTANA, 1998, cap. 10)

Também José Jobson de Andrade Arruda relaciona a ideia de “geração”, ou seja, a realidade vivida pelos historiadores em um mesmo período histórico ou um mesmo espaço-tempo, que coloca problemas comuns na interpretação do passado. Segundo Jobson, historiadores partilham de interpretações semelhantes não somente por questões teórico-metodológicas semelhantes, mas por um contexto e um repertório intelectual em comum. Daí, mesmo que existam divergências teóricas, políticas e outras, essas produções se assemelham ou convergem a partir de questões mais amplas (ARRUDA, 2014).

Essa breve introdução tem como objetivo explicar o tipo de “operação” que o presente artigo irá buscar. Ao listar/comentar as principais interpretações de nosso passado colonial, iremos relacioná-las ao momento vivido pelos autores e as disputas político-econômicas que projetavam modelos idealizados de sociedade. Entendemos que a atual crise dos modelos de desenvolvimento que o país vive, incluindo o papel do Estado como indutor do crescimento econômico, a desindustrialização das últimas três décadas e a reafirmação do caráter agroexportador como nossa “vocaçãõ”, pode ser visível também na multiplicidade de interpretações contemporâneas sobre o caráter de nossa economia colonial.

Pelo limite de espaço, iremos sumarizar muitas obras e autores em décadas e “escolas”, ocupando-nos principalmente das semelhanças e convergências teórico-políticas. Obviamente, esse procedimento perde muito do detalhamento, das diferenças e sutilezas dos autores que exigem um estudo mais denso e verticalizado. Também não faremos as conexões teórico-metodológicas dos autores com a produção historiográfica internacional, que tanto influenciou e influencia a nossa produção científica.

Além desta introdução, o texto está dividido em seções cronológicas a partir das produções historiográficas sobre a temática colonial e a permanência destas na vida e no debate político econômico do país. Estas “escolas” ou “gerações” historiográficas estão sintetizadas na *imagem I* que traz o contexto histórico do momento em que são propostas, as interpretações gerais sobre o passado colonial brasileiro, os projetos políticos econômicos e ainda os seus principais ou mais influentes autores.

Interpretações sobre o Antigo Sistema Colonial (1940 – 1970)

Apesar de alguns autores destacarem o “nascimento” da História Econômica do Brasil no final do século XIX (RODRIGUES, 1969; RIBEIRO, 1999) o fato é que tais estudos não tiveram grandes repercussões, tanto falando em termos acadêmicos como também em termos de intervenção ou políticas públicas de desenvolvimento econômico. Autores como Liberato Castro Carreira (*História Financeira e Orçamentária do Império de 1889*) ou Vitor Viana (*Histórico da Formação Econômica do Brasil de 1922*) não formaram uma “interpretação” do passado colonial brasileiro que tenha redundado em um “projeto” de atuação política de determinada visão da economia do país, ou melhor, a interpretação destes autores na maioria das vezes se referia somente a análise dos orçamentos públicos e balanços de exportação e importação que se coadunavam muito com o modelo primário exportador, que predominava em nossa economia até então.

A primeira visão que irá criar tanto um consenso no incipiente ambiente universitário que se formava no país, como também irá influir direta e indiretamente nas políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro é aquela que chamamos de “Antigo Sistema Colonial”. Essa visão tem, ainda hoje, amplo consenso dentro das Ciências Sociais, assumindo o papel de principal vertente explicativa de nossa economia e, ainda, de nosso atraso estrutural. Isso pode ser visto na maioria dos livros didáticos e na forma como aprendemos sobre nosso passado colonial desde o período escolar. Isso porque, boa parte do que nos é ensinado, parte de alguns autores considerados “clássicos” sobre o tema. Esses principais autores, como já é sobejamente conhecido, são Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, formularam grandes ensaios interpretativos que serviram de base teórica para as explicações industrializantes e nacionalistas exaradas dos estudos *cepalinos*. (SIMONSEN, 1937; PRADO JÚNIOR, 1942; FURTADO, 1959; BIELCHOWSKY, 1995).

Em 1959 foi publicado o que viria a ser, talvez, o livro mais importante do economista Celso Furtado: **Formação Econômica do Brasil**. A influência e importância assumidas por essa obra podem ser explicadas de variadas formas, mas fato é que sua interpretação sobre o nosso passado

colonial é a mais disseminada entre o público em geral e especialistas de várias áreas, com Economia, Geografia e as Ciências Sociais em geral. Esse estudo não era a sua tese de doutorado, defendida alguns anos antes, muito menos foi o seu livro de maior fôlego intelectual. Espécie de “experimento” feito entre as suas inúmeras atividades² o livro era, nas palavras de próprio autor, um “ensaio” sem maiores compromissos com a pesquisa histórica. No entanto, a obra se tornou uma das mais publicadas de sua produção com mais de 50 edições e deu origem à disciplina Formação Econômica do Brasil (popularmente conhecida como FEB) obrigatória nos cursos de graduação em Economia através da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE s/n), de oito de fevereiro de 1963.³

Grande parte da importância do livro se deu pela interpretação do passado brasileiro e sua relação com o contexto que o país vivia nas décadas de 1940/50. O processo de modernização que a economia brasileira vinha sofrendo desde a década de 1930 passava não somente pela política de substituição das importações, mas também e cada vez mais pela atuação decisiva do Estado brasileiro no desenvolvimento industrial e urbano de nossa sociedade. A formação e atuação de um corpo técnico, com especial destaque para os economistas (profissão regulamentada em 13 de agosto de 1951 pelo decreto lei de nº 1.411) se fez presente em instituições, conselhos, comissões executivas, grupos de estudo e de trabalho que faziam parte de uma espécie crescente de burocratização do Estado, voltado para um projeto modernizante (DRAIBE, 1985).

O livro se inseria assim, nas conjunturas das décadas de 1930 e 1950 onde o país vivenciava um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Embora suas origens possam ser buscadas mais “atrás”, ainda nas primeiras décadas do século XX (SALOMÃO, 2020), o fato é que o pensamento do país como um todo, e na economia em particular, sofreu uma grande inflexão a partir dos anos de 1930, com a

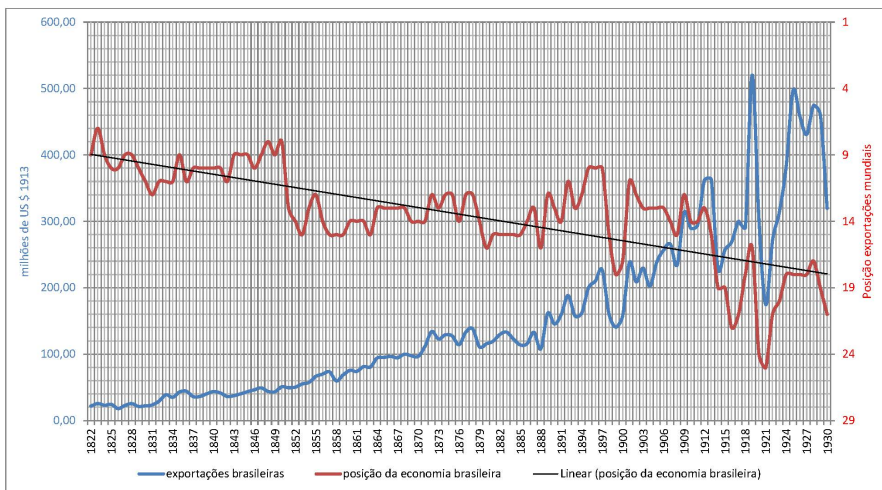
2 Furtado presidiu o Grupo misto CEPAL-BNDE, de 1953, uma tentativa de inspecionar e apontar os gargalos da economia brasileira no período e que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, durante o qual foi diretor do BNDE, foi professor do King's College da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, além de ter sido diretor de desenvolvimento da CEPAL durante o período de 1949/1957, foi ainda o idealizador da SUDENE, durante o governo JK, onde ocupou o primeiro cargo de superintendente, entre tanto outros cargos e funções que ocupou durante sua brilhante carreira.

3 As informações sobre o número de edições de FEB foram passadas, gentilmente, por Glauber Carvalho, coordenador executivo do Centro Internacional Celso Furtado e conta como 35ª a edição comemorativa publicada em 2009 pela Cia das Letras, a partir de então, não existem mais “edições” e sim “reimpressões”, que em 2019 estaria na 16ª.

Grande Depressão estabelecida a partir do *crash* de 1929, a crise da economia e do pensamento liberal, acirrada pela expansão do modelo socialista da URSS e das experiências fascistas, particularmente na Itália (1922) e Alemanha (1933).

Internamente o país assistiu o esgarçamento do modelo de uma economia agroexportadora, particularmente do setor cafeeiro, que viveu crises de superprodução desde os últimos anos do século XIX, foi atendido pelas políticas de valorização do café (onde o Estado comprava e estocava parte da produção de café para controle do preço e dos lucros) e que redundou no crescente aumento da produção durante toda a década de 1920. Mas, o fato é que, usando uma expressão *avant la letre*, a “deterioração dos meios de troca” (PREBISCH, 1949) entre os produtos primário exportadores e os avanços tecnológicos e produção com grande valor agregado fazia diminuir a posição do Brasil em relação aos demais países inseridos no capitalismo mundial (Gráfico 1).

Gráfico 1. Exportações Brasileiras / Posição da Economia Brasileira, 1822 – 1930



Fonte: Elaboração própria a partir de Federico, Giovanni; Tena Junguito, Antonio, 2018, “Federico-Tena World Trade Historical Database: Openness”, doi:10.21950/BBZVBN, e-cienciaDatos, V1.

Também o processo de modernização da economia brasileira – com a ampliação e construção de estradas, ferrovias, usinas elétricas, indústrias e urbanização –, que remontava ainda a 2ª metade do XIX, complexificava a nossa sociedade criando novos grupos de pressão que se materializaram em diversas conturbações sociais desde pelo menos o início da 1ª República (SEVCENKO. 1998). Todo esse processo se acelerou com o golpe de 1930, onde a “troca” de grupos que ocupavam o poder atendeu, de certa forma, a esses novos grupos que vinham se formando. O processo de industrialização e modernização que ocorria então encontrará “eco” e conformação nas Ciências Sociais e em uma nova intelectualidade que se construía no país. Não é demasiado chamar a geração a qual pertenceu Celso Furtado como a de “os intérpretes do Brasil” (CANDIDO, 2013). Alfredo Bosi resumiu um pouco da importância dessa intelectualidade quando escreveu que “somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política e cultural que se estruturou depois de 1930” (BOSI, 2015, p. 441).

Assim, **Formação Econômica do Brasil** dialogava com uma produção crescente sobre a nossa História Econômica que já possuía duas obras “clássicas”. A primeira, **História Econômica do Brasil** de Roberto C. Simonsen, publicada em 1937, que Celso Furtado se utiliza fartamente em suas pesquisas, e o livro **Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior, publicado em 1942, que apesar de não ser citado por Celso Furtado, é a interpretação que mais se aproxima da visão “furtadiana”.⁴

Se na obra de Roberto Simonsen abundam dados de comércio, preços e moedas, além de uma narrativa bastante detalhada das etapas econômicas (ou ciclos) do Brasil Colonial, não há uma interpretação propriamente dita do caráter dessa economia e a sua conexão com a situação presente no país, embora haja uma poderosa interpretação de uma colônia e uma experiência histórica eminentemente mercantil, ou seja, integrada aos fluxos do comércio mundial desde sempre.

A interpretação de uma herança colonial (e imperial) danosa para a economia brasileira no “presente” (das décadas de 1930, 40 e 50) distinguiu os dois livros subsequentes. Tanto Caio Prado Junior quanto Celso

⁴ Existem evidentemente diferenças de interpretações entre os autores como, por exemplo, o caráter e a dinâmica da economia colonial em seu período tardio e durante o processo de independência (1780 / 1850) que para Caio Prado era dinâmica e ascendente e para Celso Furtado foi um período de crise e estagnação entre dois “ciclos” (ouro e café), como será a frente comentado.

Furtado atribuíram ao caráter mercantil e escravocrata da colonização portuguesa a condição de nossa evolução como uma economia dependente do mercado internacional, incapaz de se reproduzir internamente (ou internalizar a renda) e com um mercado interno insignificante. Isso equivale a dizer que, para esses autores, durante o período colonial, nossa dependência diante de Portugal era tamanha que não havia possibilidade de efetivamente termos alguma capacidade de acumulação endógena, sendo nossas riquezas extraídas e canalizadas para os cofres da metrópole.

A interpretação do passado colonial (e dos 100 anos subsequentes) do país não punha dúvidas da necessidade da intervenção do Estado nacional no desenvolvimento econômico do país e, através dessas interpretações, nossa condição de atraso fica na conta do passado colonial dependente e na nossa incapacidade de acumulação interna e, por conseguinte, de modernização e diversificação de nossa economia e sociedade.

A grande ênfase nas atividades agroexportadoras e a “escolha” pelo trabalho escravizado de africanos criaram um mercado interno “pequeno”, “incipiente”, “mediocre”, quando não “praticamente nulo”. Toda a ênfase nas exportações impediu ainda o desenvolvimento de manufaturas, fábricas e outras atividades com maior poder de transformação da nossa economia (FURTADO, 1959).

A atuação acadêmica de Celso Furtado ocorreu em paralelo a sua atuação política se tornando o caso mais emblemático de um intelectual que parte da teoria para a ação com consequências diretas e duradouras. A sua atuação na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre os anos de 1949/57, foi fundamental para construir junto aos seus vários interlocutores a interpretação histórico-estrutural dessa “escola” e ainda fundamental para a formulação da Teoria da Dependência e ainda da dualidade estrutural das economias dependentes – em particular da América Latina. Essa dualidade oporia o arcaico entendido como o rural, atrasado, colonial com o moderno, urbano, industrial e desenvolvido. Furtado coordenou o Grupo Misto CEPAL-BNDES, responsável pela elaboração de um diagnóstico sobre a economia brasileira que serviu para a elaboração do Plano de Metas, plano econômico do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em 1953, assumiu uma diretoria do BNDE, o que também reflete a sua atuação teórico-política enquanto promotor do desenvolvimento industrial do país, ou a superação dessa dualidade.

Em 1959, ainda durante o governo de JK, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Furtado foi o primeiro superintendente da SUDENE, após ter sido secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO – que originou o Conselho Deliberativo da SUDENE. Essa instituição foi criada menos de 12 meses depois da publicação de *Formação Econômica do Brasil*, que seria, de acordo com Elias Sampaio, a síntese concreta de um “experimento” histórico e teórico conceitual. O livro, bem como toda a produção intelectual de Celso Furtado foi grande experimento de política de desenvolvimento regional cujas bases teóricas estão intactas até os dias de hoje (SAMPAIO, 2019).

As “fissuras” do modelo (1940 – 1970)

Ao mesmo tempo em que assistimos a publicação das obras clássicas sobre a nossa economia colonial e a sua ampla divulgação e popularização, também vimos que neste mesmo período houve uma significativa expansão do setor universitário no Brasil. De maneira sistemática, o pensamento intelectual brasileiro “migrou” para as universidades que foram sendo criadas a partir da década de 1930 (p. ex. USP, 1934; UFRJ, 1935) e, como não poderia ser diferente, as pesquisas em Economia e História ganham em profissionalização e crescem em quantidade de trabalhos.

Datam dessa época diversos estudos que inovaram a partir de novas perspectivas teóricas, corpus documentais (leia-se fontes) e objetos de pesquisa, apresentando explicações mais detalhadas e que, por vezes, questionavam ou apresentavam fissuras no modelo explicativo “cepalino” que congregava as opiniões centrais de Caio Prado Junior e Celso Furtado, como visto na seção anterior. A escolha do termo “fissura” significa dizer que, na maioria das vezes, essas pesquisas não questionavam o modelo explicativo do “Antigo Sistema Colonial”, colocando-se mais como um aprofundamento de um tema pouco visto, ou ainda, algo considerado excepcional no universo colonial brasileiro. Vários desses autores inovaram, mas nem sempre assumiram o papel de críticos do modelo explicativo. Outro ponto que merece destaque é o fato de que várias dessas pesquisas sejam, inclusive, anteriores aos trabalhos de Celso Furtado e mesmo de Caio Prado Júnior.

Entre essas pesquisas, podemos citar alguns exemplos, como a tese de doutoramento de Alice Piffer Canabrava – **O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640** – defendida em 1942; o estudo sobre o mercado interno colonial de Minas Gerais, feito por Mafalda Zemella em 1951 (**O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVII**) e a pesquisas sobre **Monopólio do Sal no Estado do Brasil 1631-1801** (1955) e **Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial** (1957), ambos de Myriam Ellis. Essas pesquisas, pelas próprias temáticas, abordavam a importância do mercado interno como abastecimento, manufaturas, práticas de contrabando e ainda enriquecimento de determinados grupos na vinculados diretamente à exportação.

Entretanto, tais estudos não aparecem como “clássicos”⁵ ou fundamentais na interpretação de nossa economia colonial, ficando durante muito tempo “relegados” como “estudos de casos”, em que pese o fato de que são, além disso, mostras da diversidade de nossa economia e das relações e atividades econômicas que aqui se estabeleceram durante a colônia. Estas pesquisas foram consideradas por Maria Yedda Linhares como “a história escondida por trás dos polos dominantes da produção e da sociedade” (*apud* LAPA, 1982, p. 38, ênfase nossa), ou seja, reconhecia-se o polo (agroexportador) como o mais importante e definidor de nossa economia.

Um dos primeiros autores que questionou de maneira sistemática essa interpretação foi José Roberto do Amaral Lapa, com extensa e séria pesquisa sobre a economia colonial brasileira e o debate acerca da dinâmica do nosso mercado interno no período. Lapa questionou fortemente a ênfase da historiografia em estudar somente o mercado externo, inclusive em termos de uma política científica quando afirmou

A questão do mercado interno colonial só passa a ganhar sua devida atenção, para estudiosos, nesse último quartel do século XX.

Antes, preferia-se cientificamente não o considerar. Era como se não existisse. Como se tivéssemos apenas uma economia de autoconsumo, desvaliosa [sic] sequer como objeto de estudo, enquanto que a produção chamada *nobre*, inteiramente voltada para o exterior, recebia e recebe

⁵ Segundo o dicionário online de Português “Reconhecido por autores por serem considerados modelos”, <https://www.dicio.com.br/classico/> acessado em 24/10/2021

todas as atenções e estímulos institucionais, científicos e econômicos-sociais. (LAPA, 1982, p. 39)

Do ponto de vista das conexões entre estes estudos e a realidade político econômica do Brasil no período (1940 – 1970), pouca coisa pode ser acrescentada, a não ser a expansão do modelo nacional-desenvolvimentista e da própria atuação fundamental de Celso Furtado à frente de diversas instituições e da criação de outras como visto anteriormente.⁶

O modo de produção escravista colonial (1970 – 1980)

Se José Roberto Amaral Lapa foi um dos primeiros a questionar o modelo explicativo do “Antigo Sistema Colonial”, uma das críticas “frontais” à Teoria da Dependência e ao dualismo cepalino que via dois “brasis”, um rural e arcaico e outro urbano e moderno, veio em 1972 com a publicação do ensaio **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, de Francisco de Oliveira. O autor chamava atenção de que, no Brasil, o processo de desenvolvimento urbano e a industrialização vividos pelos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) havia criado novas formas de exclusão e violências inauditas até então. A tese central do livro se baseia no fato de que aqui houve uma inovação no que diz respeito à expansão do capitalismo com novas relações no arcaico e reprodução de relações arcaicas no que era considerado novo. (OLIVEIRA. 1988, p. 36). Também o conservadorismo havia se tornado parte do “ethos” de uma burguesia que as forças progressistas imaginavam “modernas”. Esse esgarçamento das posições políticas pode ser visto no golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de 1964, e que uniu os setores mais reacionários do país aos grupos urbanos das camadas médias, além de banqueiros, empresários, industriais e capitalistas nacionais. Dito de uma outra forma, a CEPAL (e por extensão o seu modelo explicativo) teriam realizado um “diagnóstico” errado sobre a realidade brasileira, o que

⁶ Na década de 1970, quando as críticas ao modelo explicativo proposto por Furtado e Prado Junior começam a aflorar, também assistimos a defesa (1972) e publicação (1979) da tese de doutorado do Professor Fernando Novais, *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808*, talvez a melhor síntese do ponto de vista teórico-metodológico dessa corrente. O livro leva ao extremo a noção de capitalismo comercial e ainda da inserção do Brasil nos circuitos mercantis mundiais ao relacionar, por exemplo, os lucros mercantis do tráfico de escravos à implementação da escravidão nas Américas e não o contrário como até então era visto.

acabou contribuindo para as consequências funestas do período ditatorial que se seguiu.

É a partir dessa crítica mais ampla e “contemporânea” que podemos entender o surgimento de uma interpretação histórica distinta do nosso passado colonial e que recebeu o nome de “Modo de produção escravista mercantil”. Formulado pelos historiadores Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso – ambos falecidos em 2013 –, eles tentaram, cada um a sua maneira, criar um novo modelo interpretativo de nossa economia colonial que conseguisse entender o caráter mercantil e exploratório, associando, no entanto, às especificidades dessa sociedade, ou seja, a sua lógica de funcionamento interno e a sua perpetuação ao longo de nossa história.

A tese do **Escravidismo Colonial**, livro publicado por Gorender em 1978, mas escrito em 1976 (MAESTRI, 2005), sugere novo entendimento sobre a formação econômica do Brasil, entendendo que a responsabilidade pelo fortalecimento da unidade do domínio de Portugal na América do Sul está justamente na forma como o escravismo foi estabelecido, o que não ocorreu nas mesmas condições na América espanhola. Ciro Flamarion Cardoso por sua vez, escreveu em 1975 dois artigos originários de sua tese de doutorado (sobre a economia colonial da Guiana Francesa) onde defendia as especificidades de um modelo distinto de formação social no Brasil Colônia. **Sobre los modos de producción colonias de América e El modo de producción esclavista colonial en America** traziam as bases para se pensar a articulação entre a economia internacional e as realidades internas vividas pelas áreas coloniais latino-americanas.

Os dois autores se envolveram em uma grande polêmica em relação ao conceito de “brecha camponesa” (ou um grande debate entre a possibilidade ou o direito de escravos terem uma produção de alimentos autônoma e inclusive voltada em algum grau para a mercantilização), mas no essencial ambos fizeram severas críticas ao modelo explicativo do “Antigo Sistema Colonial” por não levar em conta as atividades ligadas a um mercado interno, pela dependência absoluta ao mercado externo e ainda levar o conceito de alienação (ou coisificação) dos escravos a um limite que negava qualquer subjetividade ou capacidade de atuar, impactando na sua realidade.

Esse ponto é importante porque uma das questões contemporâneas no país da década de 1970 era que, a despeito de toda a modernização que a sociedade brasileira havia atravessado com a industrialização – que

segundo Francisco de Oliveira havia ultrapassado o PIB rural em 1957 – e o crescimento das cidades – que havia tornado o país predominantemente urbano em 1963 (OLIVEIRA, 1988) – o Brasil mantinha taxas de analfabetismo, pauperização e renda entre as piores do mundo. Incorporar os escravos e trabalhadores pobres à História do país era um esforço similar a absurda concentração de renda que economistas, sociólogos e demais cientistas sociais insistiam em denunciar.

Segundo Mario Maestri (2005), a viragem teórica que ocorreu na História com a crise e falência do socialismo a partir de 1989, somado à expansão do neoliberalismo como modelo político econômico dominante da “nova globalização”, fez com que o conceito de “Modo de Produção” caísse em desuso. Segundo esse autor, a ciência histórica no Brasil foi inundada por uma série de estudos de caráter cultural e social que contribuíram para que se perdesse de vista a importância dos modelos explicativos e a preocupação com o todo e a transformação social.

Do ponto de vista da Economia, o triunfo do pensamento *mainstream* relegou o pensamento cepalino ou histórico-estrutural um lugar “menor” dentro do pensamento econômico dominante, importando mais o embate, desde o início dos anos de 1990, entre governos de viés mais neoliberais (Collor, Itamar e FHC) e, posteriormente com o “neo-desenvolvimentismo” dos governos do PT (Lula e Dilma), como veremos na seção seguinte.

Em busca de um novo modelo (1990 – 2020)

Da década de 1990 até os dias atuais o Brasil viveu vários movimentos contraditórios. Se por um lado a redemocratização trouxe medidas de maior alcance social que foram formalizados na Constituição de 1988 ao reconhecer direitos alienáveis como o trabalho digno (igualando pela primeira vez em nossa história o trabalhador rural ao mesmo patamar de direitos do trabalhador urbano), a saúde, a educação, além de reconhecer a necessidade de se combater várias formas de discriminação (como o racismo, em especial destaque), por outro lado a crise econômica herdada pelo período militar se traduziu na famosa “década perdida”, onde os pífios índices de crescimento econômico se combinaram em uma inflação galopante ligados ao endividamento astronômico do Estado Brasileiro (crescente desde a segunda metade da década de 1950), à política protecionista em setores específicos e ainda, às constantes desvalorizações cambiais.

Agravando esse quadro, as desigualdades cresceram muito como herança da repressão aos sindicatos e trabalhadores. As desajeitadas medidas econômicas ao indexarem a economia ou criarem planos “mirabolantes” que iam de congelamento de preços, corte de zeros nas moedas, até o sequestro da poupança para diminuir o consumo, levaram ao agravamento da crise e o temor de uma ‘revolução’ social.

As três décadas seguintes, 1990, 2000 e 2010 foram marcadas por comportamentos contraditórios, como já dito. De 1990 até 2002 o Brasil passou por um intenso processo de abertura de sua economia, adotando um receituário liberal com a venda de empresas estatais, reforma do sistema previdenciário, grande internacionalização do mercado. Ao mesmo tempo esse período foi marcado pelo controle efetivo da espiral inflacionária da década anterior (1980) com o sucesso do plano real. De 2002 até pelo menos 2016 assistimos a retomada de vários princípios do pensamento nacional desenvolvimentista, incluindo aí políticas públicas de maior inclusão social (como o Bolsa Família, o sistema de cotas, as secretarias de reparação social e dos direitos das mulheres, entre outros) o que passou a ser chamado de “Novo Desenvolvimentismo” (BRESSER PEREIRA, 2004; SICSÚ et al., 2005) com resultados ainda incertos e grandes turbulências e retrocessos nos últimos anos.

Como uma “contraparte” das interpretações históricas do nosso passado colonial a partir das indefinições e da ausência de um claro projeto de nação atual, vemos que, em um rápido levantamento da produção recente dos historiadores econômicos, pelo menos quatro correntes ou “escolas” atualmente tentam “atualizar” ou “substituir” as ideias (e interpretações) centrais de Celso Furtado. Entre estas, citamos 1) “O Arcaísmo como Projeto” (também chamada de “Antigo Regime nos Trópicos”) tese proposta pelo livro homônimo de João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino, de 1997, e que teve muita aceitação na duas primeiras décadas do século XXI; 2) A Segunda Escravidão, proposta originalmente por Dale Tomich, em artigo de 1989, e que se expandiu muito entre os historiadores brasileiros na última década (SALLES e MARQUESE, 2016; SALLES E MUAZE, 2020); 3) “O Novo Sistema Colonial”, que foi inicialmente fruto da tese de doutorado de José Jobson de Andrade Arruda, de 1972, e recentemente renovada pelas pesquisas do autor (ARRUDA, 2018); 4) O “capital escravista mercantil” proposto por Iraci Del Nero e Júlio Manuel Pires, em alguns artigos e livro, como uma tentativa de conciliar algumas das críticas

feitas à interpretação do “Antigo Sistema Colonial” e ainda ao “Modo de Produção Escravista Mercantil” (DEL NERO e PIRES, 1994 e 2000).⁷

A visão que foi sintetizada nas últimas três décadas, a partir dos estudos de João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino e denominada “Arcaísmo como Projeto” – apesar da originalidade da pesquisa empírica – se apoia, em grande parte, nos dados e pesquisas anteriores que já apontavam rachaduras no modelo explicativo proposto (COSTA e PIRES, 2010) e, embora articulassem uma interpretação global, essa ainda é marcada pelo signo do atraso ou do *arcaísmo* acerca dos limites da sociedade e economia luso americana, a partir do século XVIII, e as consequências para o nosso desenvolvimento subsequente (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997; FRAGOSO, 2002).

A tese central do ‘Arcaísmo como projeto’ é a de que o país adotou o “ethos” nobiliárquico, aristocrático e conservador (ou arcaico) da colonização lusitana aqui na América, criando assim uma sociedade hierarquizada mais em termos de “status” e não propriamente de dinamismo econômico. Isso também significou a aceitação da estrutura agrária como mais complexa e ligada à inúmeras atividades não exportadoras como forma de garantir posições sociais de destaque, ao mesmo tempo em que a perpetuação da escravidão (ou formas senhoriais de controle) e a dependência externa faziam parte desse projeto de nação.

O caráter espoliativo do sistema colonial é negado, assim como o próprio conceito de colônia, substituído por Império Transnacional, Pluri-continental e similares. Por fim, fortemente influenciada pela Antropologia Econômica de Marcel Mauss e Karl Polanyi, a corrente do “Arcaísmo como Projeto” entende a supremacia da Cultura sobre o Econômico.

A segunda “corrente” que podemos vislumbrar aqui é aquela que destaca que o sistema escravista “brasileiro” assistiu no “período colonial tardio” (novamente 1780 a 1850), um incremento significativo no volume de importação de escravos e, não obstante a forte política inglesa de combate ao tráfico, o resultado foi o aumento dramático na entrada de africanos escravizados em nossas terras. Tal evidência empírica ensejou

7 Poderíamos acrescentar uma quinta “corrente” ou interpretação divergente que foi proposta por Jorge Caldeira em livro intitulado *História da Riqueza no Brasil* em 2018 que, pelo caráter profundamente ideológico da obra (que se coloca absolutamente contrária às interpretações de Celso Furtado), poderia exemplificar muito bem a viragem teórico-política do país no momento que estamos nos referindo. Ao mesmo tempo, o fato do autor não se filiar a uma agenda acadêmica de continuidade e desdobramentos em pesquisas nos impede de o colocarmos como uma “escola” propriamente dita.

que alguns historiadores recentemente denominassem esse período como de uma **Segunda Escravidão** (MUAZE; SALLES, 2015), com características distintas de todo período anterior. Podemos entender esse grupo de pesquisadores como uma tentativa de síntese entre diversas correntes e debates anteriores, como as interpretações do “Antigo Sistema Colonial”, “Modo de Produção Escravista Colonial” e a superação do “Arcaísmo como Projeto”. Seus diversos autores partem de uma interpretação da economia “brasileira” ao longo do século XIX marcada por uma maior complementaridade e integração ao mercado mundial *via* escravidão.

Se o conceito de “Segunda Escravidão” pretende lançar bases para superar esses vários modelos interpretativos, convém historicizar, ao menos sumariamente, o surgimento do conceito, sua rápida expansão pelos meios acadêmicos nacionais e internacionais e tentar esboçar alguns dos limites que o mesmo conceito oferece à compreensão da diversidade econômica e social do país ao longo do XIX. Publicado inicialmente em um artigo de Dale Tomich, em 1988, a ideia “central” de que a escravidão na América (e não somente no Brasil) tinha estreita relação com a expansão da economia capitalista, via Revolução Industrial e a generalização do consumo de produtos tropicais pelos europeus, ganhou espaço entre os estudiosos da área (TOMICH, 1988).

De certa forma, essa leitura atualizava o clássico trabalho de Eric Williams **Escravidão e Capitalismo**, de 1944, ao relacionar a expansão do capitalismo aos sistemas escravistas da América não só na acumulação *primitiva* de capital, mas sim e principalmente, ao aumentar drasticamente a oferta de produtos de consumo de massa, notadamente o algodão no Sul dos Estados Unidos, o açúcar em Cuba e o café no Brasil. Outra questão levantada pelo estudo de Dale Tomich foi o de encontrar uma explicação mais “coerente” para o aumento no tráfico de escravos verificado no final do século XVIII e primeira metade do XIX, em pleno processo de formação dos Estados Nacionais, primeiro os EUA, posteriormente na América Latina e, ainda, a manutenção de Cuba no universo colonial espanhol (MARQUESE, 2004; SALLES, 2008).

Um outro ponto de vista é o que aborda esse período como de crescimento e expansão das atividades e têm suas origens em releitura dos “clássicos” mais antigos ainda que o texto de Celso Furtado. Na obra **História Econômica do Brasil**, de Roberto Simonsen e **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Junior, os autores consideram que o período

final do nosso sistema colonial e na nossa formação como Estado Nação (1780 — 1850) longe da estagnação e declínio conforme atribuído por Furtado, vivíamos, na verdade, uma grande diversificação e crescimento econômico. Esse entendimento pode ser encontrado no conceito de *Renascimento Agrícola* de Caio Prado Júnior, além dos estudos feitos, a partir de 1972, de Jobson Arruda — este último apoiado em dados empíricos que demonstram o espetacular crescimento e diversificação das exportações *coloniais*. Tal crescimento econômico estaria ligado predominantemente às atividades ligadas ao mercado externo que, inclusive, se articulava com o continente africano na aquisição de mão-de-obra escrava. Embora esses estudos possuam grande ressonância com as pesquisas contemporâneas sobre o tema, certa indefinição conceitual dificulta uma formulação clara permitindo diversas interpretações como o *Antigo Sistema Colonial*, *Capitalismo Comercial*, e ainda *Novo Sistema Colonial* (PRADO JÚNIOR, 1948; LAPA, 1973; LAPA, 1982; ARRUDA, 1980; ARRUDA, 2008; SIMONSEN, 1937). O que unifica essas visões é o caráter externo da economia brasileira, ou seja, o ponto relevante é a exploração colonial (ou externa) sem atentar para a importância de sua dinâmica interna.

A esses estudos que mostram uma conjuntura de crescimento da economia do “Brasil” nesse período, agregam-se uma terceira interpretação que ressalta a maior autonomia e importância do mercado interno “brasileiro” ou “colonial” frente às demandas externas. Dentre esses está o artigo seminal de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, publicado em 1983, sobre o título de *Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited* (MARTINS FILHO; MARTINS, 2002). A ideia central dos autores questionava a suposta decadência das Minas Gerais a partir do declínio e crise da mineração aurífera. A questão central proposta pelos irmãos Martins, e que foi ampliada pelos autores do *Arcaísmo como Projeto* e parte significativa da historiografia mineira, será a ideia do predomínio de atividades de subsistência e abastecimento sobre as de mercado externo como importante vetor explicativo do crescimento da economia nacional ao longo do XIX.

Por fim, os estudos dos professores Iraci Del Nero e Júlio Manuel Pires, desde 1994, tentam conciliar as contribuições teóricas das concepções do “modo de produção escravista colonial” com as evidências empíricas das novas pesquisas realizadas pelos autores do “arcaísmo como projeto”. O conceito do “capital mercantil escravista” reconhece, por um lado, a

impossibilidade de um modo de produção com tantas “externalidades” como a nossa economia colonial (onde a mão de obra era sustentada via tráfico e grande parte da produção destinada à exportação), e por outro admite que essas externalidades funcionavam como uma “espinha dorsal” das colônias portuguesas na América. Por último, o desenvolvimento de atividades de subsistência ou acopladas ao mercado interno seriam o desdobramento natural, senão do “modo de produção”, ao menos desse capital escravista e mercantil.

Considerações Finais

Das várias teses ou interpretações que vimos aflorarem nas últimas décadas, podemos tirar algumas conclusões que, mesmo que provisórias, indicam algumas questões contemporâneas importantes. A simples existência de interpretações contraditórias sobre o período colonial brasileiro não se explica somente pelo avanço das técnicas de pesquisas, novos corpus documentais ou questões teóricas renovadas, se trata do próprio esgotamento dos modelos econômicos de desenvolvimento que vivemos e da tentativa de superá-los do ponto de vista da interpretação histórica.

Claramente a importância do legado da corrente cepalina ligada a uma interpretação histórico-estrutural se mantém importante e atual nos dias de hoje, dado a intensidade dos autores que insistem em atualizá-la, completando as suas “lacunas” e deficiências ou, ao contrário, aqueles que refutam completamente essa interpretação como sendo equivocada e que deve ser definitivamente superada.

Ao mesmo tempo, a importância do pensamento marxista em suas várias nuances (de Caio Prado Junior até Dale Tomich, passando por Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso) demonstra o papel central dessa “teoria” para a construção da História Econômica entre nós. Grande parte do esforço dos autores das correntes contemporâneas pretende atualizar os termos do debate a partir do próprio processo de renovação dessa corrente no século XXI.

A importância política das interpretações sobre a nossa economia colonial nos fazem ver, de todo modo, o papel e a função única exercida pela História Econômica nos projetos de sociedade e de sua transformação.

Por último, admitir que Karl Marx foi um dos maiores economistas do século XIX, como reconhecer Celso Furtado como também um dos

maiores do século XX passa, no século XXI, pelo esforço de avançar sobre as suas propostas e questões, superando-os em um movimento de profundo respeito intelectual que ambos tiveram em vida em relação àqueles que os inspiraram.

Referências

- ARRUDA, J. J. A. A Colônia Brasil: História e Historiografia. *Travesía - Revista De Historia Económica Y Social*, v. 17, p. 7-29, 2015.
- ARRUDA, J. J. A. *Historiografia: Teoria e Prática*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014. v. 1.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 50 ed., São Paulo: Cultrix, 2015.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. *Folha de S.Paulo*, 19 set. 2004. <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf> 24/10/2021
- CANABRAVA, A. P. *O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640*. Boletim n. 2 da cadeira de História da Civilização Americana. Faculdade de Filosofia da USP, 1942.
- CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. D. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1967-2013.
- CARDOSO, C.F.S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, C.F.S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.
- CARDOSO, C.F.S. As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'. In: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). *Modos de produção a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.109-132.
- CARDOSO, C.F.S. El modo de producción esclavista colonial en America. In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. 3. ed. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975b, p. 214-216.

- CARDOSO, C.F.S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, C.F.S. Sobre los modos de producción colonias de América
In: ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. 3 ed. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975a, p. 135-159.
- CROCE, B. *Teoria e História de la Historiografía*. Buenos Aires: Escuela, 1955.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Vol. 84. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ELLIS, M. *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil, 1631-1801*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955-6.
- ELLIS, M. Documentário: Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial. *Revista de História*, 15 (32), 1957.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru (São Paulo): Edusc, 1998.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 4. ed. rev. ampl., São Paulo: Ática, 1985.
- LAPA, J. R. A. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros vôos, 1982.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PREBISCH, R. & CABAÑAS, G. M. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *El Trimestre Económico*, 16(63(3)), 347-431, 1949. <http://www.jstor.org/stable/20855070>
- RIBEIRO, M. A. R. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 2, n. 2, 6 jul. 2012.
- RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil. Introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- SALOMÃO, I. C.; MORAES, L. S. O Brasil na Era Vargas (1930-1954): rupturas e continuidades do projeto nacional-desenvolvimentista.

- In: GRANDI, G.; FALEIROS, R. SARAIVA, L.F. (orgs). **História econômica do Brasil: Primeira República e Era Vargas**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.
- SAMPAIO, E. O. **Dialogando com Celso Furtado – Ensaio sobre a questão da mão de obra o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2019.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (orgs.). **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- ZEMELLA, M. P. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII**. Boletim n. 12 da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Publicada com o livro pela Hucitec-Edusp, 1990), 1951.

Imagem 1. Modelos Explicativos da Economia Colonial / Presente / Projetos de Futuro

